



MERCADO, PLANIFICAÇÃO E SOCIALISMO

Resumo

Este artigo analisa os fundamentos metodológicos e teóricos acerca da relação entre o mercado e a planificação no socialismo. Ao tempo em que se resgata o “debate do cálculo econômico”, afirma-se que a transição sistêmica impõe relações dialéticas entre o mercado e o plano, mas não decorrendo disto que o mercado passa a ter o significado de regulador irremovível fundamental no socialismo. Avalia-se que a articulação entre a queda da União Soviética, o modelo da China contemporânea e a crise atual do capitalismo convoca a reflexão sobre a renovação da proposta marxista do socialismo, em oposição à concepção do “socialismo de mercado” e às novas formas de dominação do capital.

Palavras chave: debate do cálculo econômico; mercado; planificação; socialismo.

Classificação JEL: B41, B51, P21

Abstract

This paper analyzes the methodological and theoretical foundations of the relation between market and planning in socialism. While reviving the “economic calculation debate”, the article affirms that the systemic transition towards socialism involves dialectical relations between the market and planning. This does not mean, however, that

**RENILDO SOUZA
PAULO BALANCO**

Professores do Programa de
Pós-Graduação em Economia
na UFBA.

the market becomes the fundamental and irremovable regulator in socialism. It argues that the combination between the fall of the Soviet Union, the model of contemporary China and the current crisis of capitalism raised the need to reflect on the renewal of the Marxist proposal for socialism, as opposed to the concept of “market socialism” and new forms of capital domination.

Keywords: economic calculation debate; market; planning; socialism.

1. Introdução

O modelo econômico adotado pela China, na atualidade, por um lado, e a grande crise do sistema capitalista iniciada em 2008, por outro, são o pano de fundo, neste momento, da discussão sobre as relações entre o mercado, a planificação e o socialismo. Hoje, a China apresenta-se, oficialmente, como um sistema de socialismo de mercado. Por seu turno, a crise contemporânea do capitalismo lançou um grande desafio às hipóteses dos mercados perfeitos e aos seus pressupostos de racionalidade e eficiência.

Entretanto, o objetivo deste artigo não é abordar diretamente a China e a crise atual. Neste estudo, a finalidade é responder às perguntas sobre as bases teóricas e metodológicas do papel do mercado no sistema socialista. A discussão sobre planificação e/ou mercado sempre se

vinculou à controvérsia fundamental sobre o que seria a alternativa socialista ao capitalismo. O conhecido debate do cálculo econômico teve como alvo o problema da viabilidade de uma economia socialista guiada pela planificação central. Essas controvérsias polarizaram as atenções de importantes economistas entre as décadas de 1920 e 1950. Mas, antes disso, proposições de solução do cálculo econômico em uma sociedade socialista já tinham sido formuladas por autores neoclássicos, ou seja, sem filiação socialista. Assim, Vilfredo Pareto, em 1887, já tinha chegado a uma solução do cálculo no socialismo, como consta na sua obra *Cours d'économie politique*, e em 1910, no seu *Manuel d'économie politique*. Uma solução também foi elaborada por Enrico Barone, no artigo *Il ministero della produzione nello stato collettivista*, em 1908.

Este artigo é estruturado em seis partes. Na primeira seção, abordam-se os fundamentos e as críticas à regulação do mercado. Na segunda parte, resgata-se o debate do cálculo econômico, destacando suas bases metodológicas e teóricas. Em seguida, na terceira seção, discute-se diretamente o papel do mercado ou da planificação no socialismo. Na quarta parte, há a análise dos modelos (i) **do** socialismo de mercado, (ii) do socialismo **com** mercado e (iii) do mercado socializado. Em seguida, na quinta seção, são criticadas as formulações que combinam rigidamente mercado e socialismo. As conclusões são apresentadas, brevemente, na sexta seção.

I. Por que e como o mercado regula a economia?

Neste artigo, são discutidas as ideias sobre mercado, planificação e socialismo. Mas como abordar o mercado, propriamente dito? Remontando à Economia Política Clássica, verifica-se que Adam Smith (2007) enxergava uma propensão inscrita na própria natureza humana, mediante o raciocínio e a fala, para trocar uma coisa (bem) por outra. Nas trocas, os homens buscariam atender aos seus interesses individuais, embora, no final das contas, obtenha-se um resultado social satisfatório. As trocas constituem o mercado, o qual delimita a possibilidade de expansão do produto. A autorregulação é um mecanismo em operação efetiva no mercado: “A quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva” (*ibidem*, p. 75). Os neoclássicos reafirmaram, a seu modo, o equilíbrio de mercado. Conforme Léon Walras e Vilfredo Pareto, há uma ordem econômica equilibrada, estável e espontânea, com base nos interesses individuais.

Na argumentação crítica de Rosa Luxemburg (2008), a “economia burguesa vulgar” separou o mercado (modo de troca) do modo de produção. Com essa operação, negligenciou a anarquia do capitalismo como uma economia mercantil, incorrendo em um de seus “erros fundamentais”: a ilusão de ordem e harmonia no sistema. Luxemburg (*ibidem*, p. 78) foi adiante: “Sejamos

mais concretos: para ele [Eduard Bernstein], que não compreende a natureza da mercadoria e da troca, o conjunto da economia capitalista, com todas as suas relações, permanece necessariamente misteriosa”. Nesse mesmo diapasão, Lenin (1974, p. 238) afirmou que “a principal força organizadora da sociedade capitalista, construída de uma maneira anárquica, é o mercado nacional e internacional, espontaneamente expansivo em amplitude e profundidade”.

Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX, em um ambiente marcado por novas condições políticas e econômicas, houve uma atualização da interpretação neoclássica. Assim, os projetos de pesquisa neoclássicos passaram a incorporar correções e ajustes na Teoria do Equilíbrio Geral, a fim de restaurar, por novas vias, a velha ideia do poder regulador do mercado. Entretanto, “[A] introdução de imperfeições inviabiliza o projeto [comprovação da superioridade do mercado], pois joga o programa em indeterminações, na perda da manutenção dos microfundamentos da ordem, na multiplicidade de equilíbrios e no caráter não-ótimo de soluções não-cooperativas” (GANEM, 1996, p. 106). Por isso, a concepção neoclássica tem sido formulada em bases estritamente abstratas, a partir do princípio do comportamento maximizador individual. Assim, para que o mercado, como mecanismo regulador via preços, possa exercer uma superior capacidade de coordenação da economia, depende de hipóteses cruciais,

muito restritivas, a saber: (i) existência de mercados para todos os bens em todas as datas futuras, (ii) permanência sem perturbação do consumo e da produção, (iii) ausência de externalidades e (iv) presença do *leiloeiro walrasiano*.

Neste contexto, encontram-se os economistas *Novos Clássicos*, que constituíram uma corrente de pensamento econômico ultraortodoxo nos últimos decênios do século XX. No âmbito de seu programa de pesquisa, que se apoia em uma metodologia voltada para a construção de fundamentos microeconômicos para a macroeconomia neoclássica, eles apelam para a existência de indivíduos “planificadores” oniscientes, distribuição igualitária de informações e homogeneidade de expectativas. Contudo, eles deparam-se com as dificuldades de agregação de bens diferenciados e os problemas da interação dos agentes. Recorrem à simplificação de bens e agentes representativos, o que tolda e fragiliza as generalizações com base no princípio maximizador individual, restando, por fim, apenas uma forma idealizada da Teoria do Equilíbrio Geral.

Em particular, no que tange às pesquisas acerca da teoria dos jogos e da concorrência imperfeita, podemos identificar certo apelo ao realismo. Porém, o princípio do comportamento estratégico ainda não consegue ultrapassar os limites do individualismo metodológico. Em determinado sentido, são reconhecidas a interdependência

dos agentes, a diversidade de situações, a influência de fatores, chamados externos, como as normas sociais. Mas o lastro da racionalidade maximizadora individual não é substituído por uma racionalidade coletiva.

2. Quais foram as bases do debate do cálculo econômico?

Os pressupostos da ação individual, da eficiência espontânea e da maximização da riqueza são as bases do individualismo metodológico para a formulação de concepções sobre a economia. Essas bases ecoam a visão individualista previamente exposta por Adam Smith (2007, p. 457): “É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade [...] no qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo”.

Friedrich Hayek, membro da Escola Austríaca, retoma, em 1936, essa visão de Smith, procurando fundamentar a superioridade e o realismo da aquisição do conhecimento mediante os supostos critérios insuperáveis da dispersão e da experiência dos indivíduos através de sua atuação espontânea no mercado. Para Hayek, não há a racionalidade uniforme e plena do homem econômico dos neoclássicos, e nem governo com plano eficiente.

[...] a economia chega mais perto do que qualquer ciência social de uma resposta a esta questão central de todas as ciências sociais: como pode a combinação de fragmentos de conhecimentos existentes em diferentes mentes produzir resultados que, se tivessem de ser produzidos deliberadamente, exigiriam um conhecimento por parte da mente dirigente que nenhuma pessoa isolada pode possuir? Mostrar que, nesse sentido, as ações espontâneas dos indivíduos, sob condições que podemos definir, irão produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se fosse feita de acordo com um único plano, embora ninguém o tenha planejado, me parece de fato uma resposta ao problema que foi às vezes descrito metaforicamente como o da “mente social”. (HAYEK, 1948, p. 54).

Nos anos 1920, Ludwig von Mises (1987, pp. 148-149), também expressivo representante da Escola Austríaca, assimilava o socialismo ao estatismo. Nessa caracterização, a marca principal do estatismo era a propriedade pública, através da nacionalização das maiores empresas. Von Mises afirmava que, em qualquer variante do assim chamado socialismo estatal, a independência empresarial seria eliminada, e o Estado iria orientar e supervisionar tudo, determinando o que, como e quanto produzir, e fixando preços. Seria o fim da inovação, além de outros problemas. Von Mises (*ibidem*, p. 18) compreendia a intervenção como uma imposição estatal, obrigando o proprietário ou empresário a empregar seus meios de produção de uma forma

distinta daquela que eles adotariam livremente. Para ele, quase todos os economistas e políticos, em toda parte, estavam buscando um sistema entre o capitalismo (com a propriedade privada) e o socialismo (com a propriedade pública).

Von Mises lançou-se à contestação do intervencionismo ou sistema de mercado controlado, afirmando que somente seria concebível, ou possível, a ordem social baseada na propriedade pública ou na propriedade privada dos meios de produção (*ibidem*, p. 39). Argumentou ainda que ninguém nunca teria demonstrado a possibilidade de uma terceira ordem social, com um sistema intermediário de propriedade. Portanto, fica claro que seu principal critério para a definição do sistema é o tipo de propriedade, já que os programas liberais têm por essência a propriedade privada, em vez da defesa de mercados de livre concorrência com irrealistas condições iguais de competição (*ibidem*, p. 63). Ele avaliou que se a propriedade é obstruída, orientada e regulada pelo governo, então o sistema é contraditório e ilógico. Trata-se ou de propriedade privada ou propriedade pública, portanto. Ele concluiu categoricamente: “Qualquer tentativa no sentido de introduzi-lo [o Estado na regulação da economia] seriamente deve levar a uma crise da qual só pode emergir o socialismo ou o capitalismo” (*ibidem*, p. 39).

Para Oskar Lange (1969, pp. 66-68), uma confusão sobre a natureza dos preços seria o fator

responsável pelo erro de von Mises ao negar a racionalidade da alocação de recursos no sistema socialista. Von Mises só considerou os preços, em seu sentido estrito, como relações de troca das mercadorias em um mercado. No entanto, os meios de produção não teriam mercado, no socialismo, e, portanto, não teriam preços, em seu sentido estrito. Von Mises não se voltou para a natureza ampla dos preços, como aspectos sobre os quais se apresentam as distintas alternativas econômicas comparáveis.

Resumidamente, Lange raciocinava que as autoridades na economia socialista conhecem a escala de preferências pelos bens de consumo, decorrentes de determinações dessas próprias autoridades, e também conhecem o total de recursos disponíveis: “(...) o Departamento de Planificação Central não necessita ter uma fórmula de suas preferências. Mediante uma simples avaliação poderá atribuir, por exemplo, a um chapéu o valor de dez unidades monetárias no caso em que se produzam 100.000 chapéus mensalmente, e um valor de oito unidades monetárias se o volume produzido for de 150.000.” (LANGE, 1969, p. 101).

Todavia, além da questão estrita dos preços de mercado dos meios de produção, von Mises recorreu à necessidade da instituição da propriedade privada dos meios de produção para a solução da alocação dos recursos. A propriedade privada burguesa é uma instituição associada

a uma determinada forma de organização da economia segundo as relações de produção vigentes especificamente no capitalismo. Já Lange (1969, p. 68, nota 6) questionou esse argumento institucionalista [propriedade privada burguesa] e lembrou que essa corrente – a Escola Austríaca – era reconhecida pela sua reivindicação de validade universal, abstratamente, das suas formulações econômicas, em contraste com a admissão, pelos marxistas, do caráter histórico e relativo das leis econômicas.

Na concepção de Lange (1969), o socialismo deveria dispor de mercados de bens de consumo e de trabalho, enquanto seria vedada a existência do mercado de meios de produção. O Departamento de Planificação Central, por meio de tentativa e erro, buscando o equilíbrio, determinaria os preços dos bens de produção e o volume de investimento. Como fazer a contabilidade e como obter referenciais práticos e imediatos para guiar a distribuição, dentre outros fatores, sem considerar os preços dos produtos? A precificação de mercado seria distinta da precificação de contabilidade. Esta última corresponderia ao custo social da produção, considerando tanto as necessidades da acumulação quanto as do consumo coletivo da sociedade. A determinação dos preços de mercado dos bens de consumo seria baseada no equilíbrio da demanda e oferta. E se e quando houvesse a troca também para os meios de produção, em vez da sua alocação administrativa, novamente a precificação de

mercado seria determinada pela igualdade entre demanda e oferta (LANGE, 1974b, p. 33).

Ainda, no que se refere aos autores que discordam da tese da impossibilidade da sustentação da estrutura dual mercado e plano, Charles Bettelheim (1977, pp.10-11), em meados da década de 1960, apresentou uma razão diferente da argumentação de Lange para a duplicação de preços (de mercado e de contabilidade). O economista francês alegou a impossibilidade de avaliar antecipadamente as quantidades de trabalho e produtos nas diversas unidades econômicas. No estágio ainda inicial da transição econômica socialista, nos diversos países, os diferentes coletivos de trabalhadores, independentes entre si, não forneciam um trabalho diretamente social. Então, ainda seriam necessárias: (i) uma forma de cálculo, a priori, como estimativa global no plano, e (ii) uma outra forma de cálculo, a *posteriori*, mercantil, a partir dos preços praticados pelas diversas unidades econômicas.

3. Como e por que prevalece o mercado ou o plano?

A planificação econômica seria um traço essencial do socialismo (LANGE, 1974b, pp. 21-35). Para o economista polonês, a vontade humana, na sociedade organizada, em vez da livre espontaneidade das leis econômicas, dirigiria, de modo consciente, o desenvolvimento da economia. No período de transição, seria possível

a existência de formas não socialistas de produção, ao lado do setor majoritário e dominante socialista. Lange (*ibidem*) acreditava que uma grande centralização estatal na administração e no planejamento seria uma característica do início do desenvolvimento socialista. Ele pensava que isso seria necessário para a transformação revolucionária da sociedade, liquidando as relações capitalistas de produção, e ainda como requisito necessário para a industrialização rápida, no caso dos países relativamente atrasados.

A concepção geral da planificação evoluiu e incorporou, com maior peso, nos anos 1960, a relevância das particularidades das formações sociais, envolvidas em complexos processos de transição econômica socialista, além da percepção da incidência de fatores políticos e ideológicos variados que influenciam os avanços ou recuos nessas diversas sociedades (BETTELHEIM, 1977, pp. 10-11). Assim, com essa compreensão, deveria ser rejeitada a imposição de um modelo único de planificação. Os países socialistas não poderiam repetir as fases e as formas de evolução da planificação e da economia da União Soviética.

A planificação deveria ser ativa, no sentido de ultrapassar a simples coordenação e determinar as principais linhas do desenvolvimento do conjunto da economia do país. Lange (1974b, p. 27) observava que seria indispensável que o plano

econômico nacional tratasse da repartição da renda nacional entre a acumulação e o consumo e a alocação dos investimentos entre os diversos ramos econômicos. Além dos métodos administrativos de decisão sobre a alocação de recursos, seria necessário recorrer, principalmente, aos meios econômicos baseados em incentivos para a realização do plano.

Quando se dá por concluída essa intervenção estatal sobre os principais aspectos da economia? Isso não poderia ser decidido arbitrariamente, como uma vontade política à revelia das condições concretas do estágio de consolidação da nova sociedade. Seria possível e necessário discutir as formas e os métodos da planificação estatal. Dever-se-iam buscar aperfeiçoamentos, flexibilidade, consulta e participação de trabalhadores e da comunidade nos âmbitos locais. Deveria haver espaço para a ampliação da autonomia na direção das empresas e delegação de tarefas. A descentralização do plano seria possível nos casos em que os incentivos econômicos levassem a decisões que não poderiam ser adotadas, ou não fossem desejáveis no modo centralizado. Em um estágio mais evoluído da economia socialista, o plano central deveria se ocupar apenas da produção das mercadorias de importância especial para a economia nacional. O plano deveria determinar a velocidade e direção do desenvolvimento da economia nacional. Lange (1974a, pp.18-19) esperava que centralização estatal da planificação e da

direção administrativa tornar-se-ia desnecessária no decurso do processo de amadurecimento do socialismo.

Segundo Lange (1969, pp.110-119), a economia socialista dispõe de duas grandes vantagens, influenciando positivamente a alocação de recursos. A primeira vantagem é a distribuição de renda com o objetivo de alcançar o máximo bem-estar social. Em contraste, a economia capitalista tem uma distribuição de renda já previamente condicionada pela propriedade privada dos meios de produção. A segunda vantagem é a incorporação de todos os fatores econômicos no cálculo dos custos de produção, considerando, por exemplo, o sacrifício da vida, da segurança e da saúde dos operários nos processos produtivos. Em contraste, no capitalismo, o empresário só considera os seus custos privados de produção.

Mas, para Alec Nove (1986, p. 115), a experiência do socialismo real mostrava a importância do mercado na economia socialista, sobretudo por causa da dificuldade de substituição das funções do mercado, a despeito das suas imperfeições. Na avaliação de Nove, o plano totalizante central teve como resultado a burocratização, prejudicando a formulação e a adoção de critérios realistas.

Ernest Mandel (1986), em polêmica com Nove, argumentou em favor da planificação socialista. As leis de movimento e as contradições internas

do capitalismo tinham levado a um processo histórico de crescente e objetiva socialização do trabalho. Essa socialização do processo produtivo, ainda no capitalismo, favoreceria e exigiria a planificação socialista. Segundo Mandel, Nove não teria percebido essa problemática, já que negava as teorias econômicas marxistas. Ele parecia não notar a tendência, em curso, do desenvolvimento do capitalismo no sentido da necessidade de elevação da produtividade do trabalho, de busca de novos mercados e de inovações tecnológicas associadas à economia do trabalho. Não notava a concentração e a centralização do capital, as crises periódicas e a mundialização do capital. Já havia uma objetiva socialização do trabalho através do planejamento do processo de produção, inclusive na ação global de empresas transnacionais, com uma redução radical da alocação do trabalho pelo mecanismo do mercado (MANDEL, 1986, p. 6). As técnicas produtivas já apresentavam um grau elevado de independência frente ao mercado, enquanto os padrões de consumo já podiam ser razoavelmente estabilizados, sem frenéticas mudanças na produção dependentes de sinalizações de mercado.

Planificação é alocação direta de recursos, *ex ante*, em contraste com a lógica da alocação mercantil, *ex post*, esclareceu Mandel. É possível a combinação de plano e mercado, tão reclamada por Nove, mas isso resulta em formas híbridas, precárias e temporárias de regulação

da economia, porque estariam em ação mecanismos, motivações e valores sociais diferentes, advertia o marxista belga (*ibidem*, p. 7). Ele preocupava-se principalmente com o abandono da crítica à produção da mercadoria e ao mercado. Assim, alertava que o grande perigo era o abandono das conquistas dos socialistas na desmistificação dos pressupostos teóricos burgueses que vêm desde Hobbes, Locke e Smith. Essa exaltação do papel do mercado poderia atingir o coração da causa socialista, ao negar, no longo prazo, as possibilidades, vantagens e importância do desaparecimento do mercado na sociedade sem classes.

4. Quais São os Limites e Possibilidades do Mercado no Socialismo?

4.1. Socialismo de Mercado.

Na transição dos sistemas econômicos, nas condições do modelo de socialismo de mercado, a partir especialmente das contribuições de Lange, ainda deveriam ser encontradas diversas formas (nacionais, municipais, cooperativas etc.) de propriedade dos meios de produção. Conforme as diferentes circunstâncias históricas dos diversos países, essas formas variam. Na distribuição, os bens produzidos tornar-se-iam propriedade privada dos consumidores. Nesse contexto, se a esfera produtiva adquire a forma de produção de mercadorias e se há pluralidade de proprietários dos bens, então a lei do valor é

mantida na economia socialista (LANGE, 1974a, pp.12-13). Obviamente, a lei do valor é acompanhada das leis da circulação monetária, porque a produção de mercadorias exige a troca por moeda.

Lange (1969), retomando o sentido amplo dos preços, argumentava que a precificação dos bens de capital e dos recursos produtivos, à exceção da força de trabalho, teria uma finalidade contábil como indicadora de alternativas produtivas possíveis. O Departamento Central funcionaria como se fosse um mercado competitivo, alcançando os preços de equilíbrio, ao mesmo tempo em que (para que os preços tivessem uma função paramétrica no contexto da gestão das empresas) seria necessário que todos os diretores de empresas seguissem, em suas contabilidades, a precificação fixada pelo Departamento Central.

Bardhan e Roemer (1992) propõem, como rejuvenescimento do socialismo de mercado, simultaneamente a democracia representativa na política e o mercado na alocação da maioria das mercadorias e recursos. Para eles, o problema essencial é a relação entre os interesses especiais da burocracia das empresas e a distribuição igualitária. As soluções, para eles, seriam o monitoramento desses burocratas pelos bancos ou pelo mercado de ações, com preservação de dotações econômicas nas mãos dos trabalhadores. Eles inspiram-se em mitos das experiências

da Alemanha, França, Japão e países nórdicos. Todavia, Dimitris Milonakis (2003, p. 118) critica esse assim chamado rejuvenescimento: “O socialismo é aqui tratado como mera extensão do modelo de equilíbrio geral, incorporando a compatibilidade dos incentivos e a mudança nos direitos de propriedade”.

4.2. *Socialismo com Mercado.*

No contexto do surgimento do neoliberalismo e de críticas crescentes ao desempenho econômico dos países do socialismo real, Alec Nove (1989) publicou, em 1983, uma proposta de modelo socialista. Pretendia um tipo de socialismo viável, possível, alcançável no período de vida de uma criança já concebida. A propriedade social deveria predominar, mas o principal meio para atingir esse tipo de socialismo seria o mercado. Contudo, a despeito da análise instigante, constata-se que a proposição de modelo de socialismo de Nove revela-se carente de uma proposta de programa geral, articulado e sistemático para a transição socialista. Então, se Nove não compareceu ao debate com um programa de transição, o que ele discutiu neste terreno? Ele, acertadamente, não aceitava qualificar como socialistas os países social-democratas, como a Suécia. Sua proposta de transição socialista, porém, nos países desenvolvidos, limita-se às reformas social-democratas.

Nove, preocupado com prejuízos aos estratos sociais médios, critica o voluntarismo de

políticas de redistribuição de renda, sem consideração, na sua suposição, das condições de produtividade e de produção na economia. Ele adverte que, mesmo em países desenvolvidos, a redistribuição só poderia dispor de um volume de renda relevante para o bem-estar material das massas se, por exemplo, medidas de tributação atingissem, perigosamente, as pequenas e médias empresas, inclusive ameaçando sua sobrevivência, e incidissem sobre a poupança de importantes parcelas de trabalhadores nos fundos de pensão (NOVE, 1989, pp. 242-243).

Para Nove (*ibidem*, p. 247), as pressões pela distribuição de renda, além de ignorarem a questão da produtividade, são acompanhadas, por um lado, da rejeição às restrições dos aumentos salariais e, por outro, da exigência de controle administrativo de preços. Assim, o controle de preços teria causado desastres econômicos, por exemplo, na União Soviética (entre 1926 e 1928), no Chile com o governo Allende e na Polônia. Alguma forma de controle poderia ser admitida para lidar com o poder de monopólio, para enfrentar situações de crise e para favorecer o consumo, nos casos de bens de relevância. No modelo de socialismo de Nove (*ibidem*, p. 249), como a economia é mista, onde, portanto, opera a regulação mercantil, o controle de preços atentaria contra o próprio sistema ao “destruir” o mercado.

Para Nove (1989, pp. 250-255), os controles de importação chocar-se-iam com a interdependência e especialização internacionais, afetando custos e competitividade. Das políticas restritivas às importações, diversos efeitos adversos poderiam surgir, conforme o professor Nove: fuga de capital, queda do comércio de máquinas e componentes essenciais, redução de importações de países pobres, excessivos controles das moedas estrangeiras, necessidade de maior aparato burocrático. Na transição socialista, para Nove, só seriam permitidos controles comerciais em situações específicas e provisórias para proteger determinados setores econômicos ameaçados pela concorrência das importações.

Na interpretação de Nove (*ibidem*, p. 257), a estatização, observando especialmente a experiência britânica, pretendia satisfazer os objetivos de desapropriação dos grandes capitalistas, reversão dos lucros em renda para o povo e colocação do setor estatal a serviço do bem público. A esses objetivos, poderia ser acrescentada alguma forma de controle nas mãos dos trabalhadores nas empresas. Mas todos poderiam concordar que as grandes esperanças depositadas na estatização foram frustradas. A primeira fonte da suposta frustração localizou-se nos critérios de atuação das empresas estatais. Eficiência, operação comercial e bem público designariam os critérios para avaliação da empresa estatal. Mas tudo isso colidia, na prática, com a expectativa contraditória de que a empresa estatal tivesse

seu funcionamento, de fato, como se fosse uma empresa privada.

A eficiência depende, entre outros fatores, da concorrência e do tipo de bem produzido pela empresa. A conciliação simples e mecânica entre eficiência e interesse social não é um problema trivial. Por exemplo, mesmo sendo monopólio, a garantia da oferta de água à população é mais importante do que critérios de perdas e lucros, embora os custos devam ser minimizados (*ibidem*, p. 259). O setor dos transportes de passageiros é outro caso em que a eficiência deveria ser medida diretamente pela satisfação do interesse social. Contudo, denuncia Nove, a teoria econômica convencional influencia negativamente a avaliação das empresas estatais, exigindo considerações estritamente comerciais e financeiras. A possibilidade de se levar em conta as complementaridades e as externalidades das atividades, vistas como um sistema, na interação entre empresas, é uma vantagem da estatização, em contraste com a fragmentação de empresas privadas. É exatamente essa visão de conjunto que demonstra, por exemplo, a racionalidade da alocação de recursos, com a utilização de subsídios cruzados, viabilizando linhas (com ou sem lucratividade) de sistemas ferroviário, rodoviário, telefônico e de energia elétrica.

A segunda fonte para a confusão sobre o papel das estatais decorre dos problemas da divisão

de responsabilidade entre os órgãos do governo e as administrações das empresas. A terceira fonte das dificuldades de percepção sobre a importância da estatização situa-se sobre o papel dos trabalhadores e dos sindicatos nas empresas estatais. O problema da estatização exige uma nova abordagem no contexto da transição socialista (*ibidem*, pp. 267-270). Em benefício dos consumidores, da iniciativa local e da participação dos trabalhadores, seria importante o aumento do número de cooperativas e pequenas empresas estatais. Para enfrentar o desemprego, inclusive nas condições atuais do progresso técnico, seriam necessárias diversas iniciativas, como a criação das cooperativas, com apoio estatal; a redução da jornada de trabalho; e o cuidado e a responsabilidade dos administradores de empresas estatais nas decisões que afetam o emprego.

Em sua proposta de modelo, Nove (*ibidem*, pp. 307-318) apresentou a seguinte estrutura de empresas: 1. empresas estatais centralizadas; 2. setor socializado: empresas estatais ou de propriedade social, com direção autônoma perante o Estado, mas prestando contas aos trabalhadores; 3. cooperativas; 4. pequenas empresas privadas; 5. atividades individuais, a exemplo de jornalistas *free lance* e artistas. Os bancos e as grandes empresas, inclusive monopólios, por características técnicas, economias de escala e necessidades organizacionais, deveriam ser controlados e administrados pelo Estado. Os

serviços de eletricidade, telefones, correios, transportes públicos, além de complexos petrolíferos e petroquímicos, são exemplos de atividades de empresas que deveriam ser estatais centralizadas. Nas empresas socializadas, a administração prestaria contas aos trabalhadores, mas esses não seriam proprietários dos meios de produção, enquanto, simultaneamente, o Estado assumiria algumas responsabilidades restritas. Com a titularidade da propriedade, as cooperativas teriam liberdade empresarial. Os negócios privados existiriam nas pequenas empresas, com limites claros para o número de empregados, ou valor dos ativos, ou restrições conforme o tipo de setor econômico. Esses pequenos proprietários não poderiam obter renda sem o concurso do seu próprio trabalho.

A direção central, através da planificação, ocupar-se-ia dos grandes investimentos, além do monitoramento dos investimentos descentralizados para evitar projetos duplicados ou equivocados. O poder central ainda definiria as regras para os setores livres, deteria algumas funções no comércio exterior e deveria propor, às assembleias eleitas, os planos de longo prazo para mudanças técnicas e condições de vida. A gestão da política econômica e das políticas industriais e as ações regionais seriam funções do centro dirigente. Deveria haver punição para os erros e fracassos, através de multas, falências e até a própria destituição dos administradores.

“Um controle abrangente de preços é impossível de ser administrado: existem preços demais, muitos milhões”, alegou Nove (*ibidem*, p. 322). Os preços deveriam equilibrar a oferta e a demanda no mercado, a concorrência vedaria abusos de preços. Mas haveria casos de controles de preços, como nas situações de monopólio e de alguns produtos agrícolas básicos, além de bens e serviços que atenderiam determinadas razões sociais e culturais. O sistema de preços no socialismo seria constituído pelo setor dos preços controlados e pelo setor dos preços livremente negociados.

A divisão horizontal de trabalho não poderia ser abolida. Haveria possibilidades, com limites, para as pessoas mudarem de especialização, inclusive contando com amplas oportunidades educacionais. O mercado de trabalho, a política de rendas e a tributação deveriam viabilizar um grau de desigualdade de renda – limitado e necessário – para a orientação da distribuição da força de trabalho. A divisão vertical de trabalho deveria contemplar a necessidade real de hierarquia, reconhecendo as funções que exigem capacidade gerencial, considerando que há pessoas que querem e são capazes de assumir responsabilidades. A assembleia (parlamento) eleita e a imprensa livre seriam indispensáveis para o controle dos responsáveis por funções dirigentes, a fim de evitar abusos de poder.

Mercado: esse é o aspecto central do modelo que Nove (1989) propôs. Não obstante as restrições à abrangência da liberalização dos preços, há aspectos de uma compreensão acrítica desse autor sobre o papel do mercado no caso de uma sociedade socialista. Apesar do reconhecimento das manifestações de imperfeição do mercado, ele parece, em geral, depositar uma confiança exagerada na eficiência mercantil. Por isso, a despeito das ponderações, ele associou, no socialismo, muitos aspectos econômicos ao mercado, como: avaliação dos custos, incentivos ao interesse material, iniciativas individuais e de grupo, preferências do consumidor, concorrência contrária ao abuso do poder pelos produtores, preferências da força de trabalho, viabilidade das pequenas empresas (com menor alienação dos trabalhadores), medição da lucratividade como critério de eficiência, bloqueio do enriquecimento ilícito de pequenos empresários, punição da má-gestão e recompensa do risco.

Em última instância, no limite, essa visão do mercado tende a jogar água no moinho das abordagens de von Mises e Hayek acerca do cálculo econômico, dos incentivos, da formação do conhecimento, da circulação da informação, da eficiência econômica. Contudo, isso abre uma contradição com qualquer imagem de socialismo preferida por Nove. Ademais, Nove (1989) propôs uma estrutura de propriedade, no seu modelo de socialismo, onde há uma presença

muito limitada de empresas privadas (pequenos negócios, principalmente) e um importante setor de administração centralizada (além de outras empresas estatais e cooperativas). Os bancos e os grandes investimentos caberiam à direção central e à planificação. Porém, simultaneamente, Nove propôs que a maioria das transações deveria ser concretizada no mercado, que seria o principal regulador da economia.

4.3. Mercado Socializado.

Diane Elson analisou a queda do socialismo real, criticando a experiência de planificação centralizada. Anteriormente, Elson (1988) já tinha formulado a proposta de socialização do mercado, em vez do socialismo de mercado. A queda do regime soviético e demais países do Leste europeu reforçou suas teses, já que, segundo a autora, no socialismo real teriam prevalecido controle, corrupção e ineficiência, em vez de capacitação e autonomia para a participação e responsabilidade social das pessoas. E, agora, o que propor, em geral, para o socialismo, segundo Elson? Impõe-se, assim, a necessidade de instituições democráticas para o direcionamento social consciente: “Mas não é preciso haver uma autoridade central que diga às pessoas o que devem produzir e como devem produzir” (ELSON, 1991, p. 310). Para ela, em vez de uma única forma de propriedade estatal, seria preciso combinar propriedades municipais, regionais

e nacional, além de um destacado papel para cooperativas em alguns ramos de produção, sem excluir a propriedade privada.

Segundo Elson, os direitos de participação dos funcionários das empresas devem ser compatibilizados com a responsabilidade social mais ampla, considerando os interesses dos consumidores e da comunidade. Essa compatibilização deve ser feita pelos mercados, se houver uma distribuição relativamente igualitária da renda e da riqueza. Elson não ignora os perigos no sentido de que o mercado e seu decorrente fluxo monetário “tende(m) a adquirir vida própria e a incentivar uma busca mais estrita de interesses de pessoas e grupos” (*ibidem*, p. 311). Ela reconhece que o mercado acarreta a busca do interesse individual, e isso conduziria a graves consequências para o meio ambiente, além de problemas como desemprego e inflação.

Desse raciocínio de Elson, infere-se que a pior opção seria a tentativa de socialismo sem mercado. A troca mercantil seria indispensável, impõe-se como necessidade incontornável, apesar de alguns de seus efeitos serem deletérios à causa socialista. É viável, porém, uma organização da economia que conta com o mercado e, ao mesmo tempo, resiste aos malefícios mercantis, assegurando que as pessoas tenham espírito público e solidariedade? A viabilidade desse arranjo econômico complexo decorreria da adoção crescente de mecanismos democráticos em

diversas esferas. Assim, seria necessário recorrer à negociação nas decisões econômicas entre empresas e comunidade e ao arrendamento de empresas a grupos de pessoas (sem prejuízo de fins sociais). Comunidades, consumidores e trabalhadores estariam organizados em rede e grupos diversos. Planejamento e mercado estariam articulados através de mecanismos de interação.

O que se percebe do modelo de Elson é que, enfim, na economia, tudo dependeria da interação entre Estado, empresas e os cidadãos (usuários, comunidade). Entretanto, o papel direto do Estado na economia é bastante negligenciado, considerando o contexto das necessidades de transição e construção socialista. Assim, esvaziado do controle dos meios de produção, sem decidir sobre os investimentos, então o Estado poderá ter um papel muito restringido no começo do esforço de transição socialista. Se a economia é regulada pelos ditames do mercado, parece ser insuficiente para a democracia socialista, embora seja muito importante, o aludido apoio estatal em termos de subvenções a grupos ativistas, meios de comunicação, treinamento de pessoas. Claro, é indispensável a existência de estruturas democráticas, além da difusão de procedimentos eleitorais, materializando o poder, a participação e a influência dos trabalhadores, em contrapeso às tendências de burocratização do Estado. No entanto, Elson, que parece esvaziar a tarefa econômica estatal,

atribuiu paradoxalmente ao Estado a responsabilidade política de garantir que as pessoas e grupos mantenham-se independentes (*ibidem*, p. 312).

Ao que parece, Elson substituiu o objetivo do socialismo de satisfação das necessidades sociais, tendo em conta as condições econômicas, pelo conceito de responsabilidade social. O cerne do socialismo seria a responsabilidade social na utilização dos recursos. É isso mesmo? Na verdade, o cerne do socialismo e comunismo deveria ser definido pelo que se pretende de liberdade para as massas trabalhadoras, e, por conseguinte, para toda a humanidade. Em nossa visão, sem a quimera de extinção de todas as contradições da sociedade, sem ilusões, esse “reino da liberdade” seria a manifestação de nova vida social: fim da exploração, superação das dificuldades materiais das condições de vida das massas trabalhadoras, término da opressão, democracia geral e cotidiana, abandono das concepções ideológicas burguesas, direitos iguais das mulheres e práticas de preservação ambiental.

A responsabilidade social e democrática pelos recursos é mais um meio do que um objetivo em si mesmo, embora seja um meio fundamental e indispensável para a economia e para a sociedade no socialismo. Essa responsabilidade social é um meio para assegurar a participação democrática das pessoas na vida econômica, a

satisfação das necessidades sociais, a eficiência produtiva, a defesa do meio ambiente.

5. Crítica geral.

É tarefa crucial expor uma abordagem crítica geral sobre a relação entre mercado e socialismo. O marco metodológico dessa crítica contém dois elementos relevantes: 1) o conceito geral de mercado, e 2) as funções do mercado no âmbito da reprodução do capitalismo.

Considerando o conceito *stricto sensu* do modo de produção socialista, lógica e dialeticamente, constata-se a inadequação do mercado como estrito mecanismo de regulação econômica do socialismo. Isso decorre, entre outros fundamentos, da funcionalidade precipuamente articulada do mercado com a conservação das leis econômicas da acumulação privada. Nesse sentido, o mercado encaminha-se para a contradição não apenas com a noção de propriedade no socialismo, mas, também, com a finalidade última desta sociedade.

É necessário caracterizar o debate do cálculo econômico como uma discussão associada à falsa noção de “microeconomia socialista”. Nesse sentido, abriu-se espaço para um debate econômico como um fim em si mesmo. O balizamento metodológico e teórico que orientou o debate do cálculo constituiu-se, por um lado, em torno

do individualismo metodológico, e, por outro lado, fundamentou-se na teoria microeconômica neoclássica.

A Teoria do Equilíbrio Geral de Walras foi considerada o fundamento adequado para os instrumentos de análise das questões concretas e imediatas da economia capitalista no cotidiano, em contraste com as interpretações das tendências e perspectivas de longo prazo da teoria econômica marxista, conforme a compreensão de Lange (1935). Assim, restringia-se ao instrumental teórico burguês a capacidade de análise sobre preços de monopólio, questões monetárias e de crédito, tributação, relações entre inovação técnica e salários etc.

Por princípio metodológico, o recurso à suposta autoridade da teoria econômica burguesa (neoclássica e outras) para argumentar em favor do socialismo corresponde a uma solução contraproducente e estéril. A economia neoclássica apoia-se em bases epistemológicas positivistas e individualistas, portanto, em franca negação à perspectiva metodológica do materialismo histórico. O argumento em favor da existência de uma ciência econômica pura, evidentemente, ignora a natureza histórica das leis econômicas e das organizações sociais, entre elas, o próprio socialismo. Em particular, a aplicação mecânica do arcabouço neoclássico como fundamento teórico para propor formas de funcionamento da economia socialista é uma contradição em

termos. Vê-se, por conseguinte, que se trata de uma discussão entre dois paradigmas concorrentes, ultrapassando decisivamente a mera problemática da “microeconomia socialista”.

O tratamento alternativo às variadas formas de socialismo de mercado implica em um adequado enquadramento metodológico da relação entre mercado e socialismo. Trata-se de uma exigência premente, sobretudo porque hoje a retomada desta reflexão ocorre em momento histórico de combinação de três experiências fundamentais: o colapso dos modelos do socialismo real, a atual trajetória sistêmica chinesa e o longo ciclo de turbulências capitalistas, desde o fim da onda expansionista do pós-segunda guerra.

Há, portanto, a nosso juízo, dois pressupostos inegociáveis para a retomada do debate econômico sobre o socialismo. Primeiro: o reconhecimento de que a negação da possibilidade de êxito do socialismo coloca-se em oposição ao marxismo e ao seu projeto de sociedade em superação ao capitalismo. Segundo: a natureza da nova sociedade proposta pelos marxistas, conformando uma totalidade composta de determinados elementos estruturais e superestruturais, é incompatível com os fundamentos mercantis permanentes e, portanto, com o tipo de cálculo e regulação a eles inerente.

Aparentemente, os pressupostos acima emanados atuariam como uma espécie de interdição

ao debate, já que os mesmos rejeitariam *in limine* a presença do mercado no socialismo. Em que termos, contudo, o debate deve ser desenvolvido? A nosso ver, o debate somente é aceitável mediante uma determinada formulação para o termo socialismo.

No âmbito das discussões sobre mercado e plano, tanto liberais e neoclássicos, quanto “marxistas” tomaram o socialismo como um objeto completo, portanto, *stricto sensu*, desconsiderando as mediações de tempo e espaço. Em outras palavras, se nos apoiarmos diretamente em Marx, o socialismo – objeto do debate – corresponderia à chegada da caminhada da humanidade a uma sociedade superior, o que equivale ao próprio comunismo.

Mas, ao mesmo tempo, e aqui reside a maior dificuldade, a utilização do mercado no socialismo deve ser funcionalmente pressuposta. Elementos de modos de produção precedentes não podem ser suprimidos imediatamente assim que outro novo, o socialismo, começa a predominar. Assim, tendo em vista as dimensões temporal e histórica, para os marxistas, em certo sentido, mercado e formas econômicas capitalistas seriam possíveis, e até necessários, evidentemente, desde que se colocassem no contexto da transição ao socialismo. Essa é uma concepção dialética. Mas os opositores do marxismo e os marxistas heterodoxos inventaram um conceito de socialismo que poderia ser

genericamente chamado de socialismo de mercado. Nesse modelo, o mercado é um regulador econômico *permanente*.

A orientação metodológica crítica, aqui exposta, contribui para a polêmica entre a concepção marxista acerca do mercado na transição ao socialismo, em oposição à proposição anti-marxista, ou não-marxista, do socialismo de mercado. Deve ficar bem esclarecido que o mercado utilizado como dispositivo de transição pressupõe o socialismo como finalidade, o que implica sua integração ao mecanismo de regulação econômica do socialismo em caráter provisório. O mercado, no projeto socialista, não está pressuposto como regularidade. Desse ponto de vista, a fórmula socialismo de mercado representa uma recusa do marxismo e de sua formulação do socialismo.

Essa polêmica não aparece aleatoriamente ou atemporalmente. Sua motivação está vinculada, historicamente, ao surgimento e fortalecimento do marxismo e à realização da primeira revolução proletária – a Revolução Russa –, que contempla o princípio da socialização da propriedade dos meios de produção. Mas reaparece quando do fim da URSS, com fortes propósitos ideológicos, entre outros, para propor a negação definitiva do socialismo e, também, para encobrir uma recusa, inclusive de determinados marxistas, em realizar uma efetiva crítica da degeneração burocrática do chamado socialismo real.

Na atualização da discussão, reconhece-se que a questão do mercado no socialismo não é um tema novo entre os socialistas. A polêmica foi renovada pelo fim da URSS, pela presença do regime chinês contemporâneo e pela busca hoje de um projeto alternativo de esquerda no século XXI. O tema do debate apresenta-se de antemão obrigatório na teorização sobre a organização econômica do socialismo e se encontrava presente em alguns dos textos de Marx e Engels. Em seguida, houve as divergências apresentadas por alguns dos primeiros dissidentes “revisionistas” do marxismo, destacando-se, entre eles, Eduard Bernstein e Karl Kaustky.

Todavia, pode ser afirmado que o primeiro grande debate configurou-se após a vitória da Revolução Russa de 1917, entre os próprios dirigentes revolucionários, em particular Lenin (1973a, 1973b, 1974), Trotsky (1926, 1956), Bukharin (1982a, 1982b, 1982c) e Preobrazhensky (1965), em decorrência da necessidade urgente de escolha dos rumos do desenvolvimento econômico soviético, em meio às fortes restrições materiais da destruição e do atraso, que se configuraram após a derrota das ações contrarrevolucionárias e a confirmação do controle do poder pelos bolcheviques. E o segundo grande debate, entre as décadas de 1930, 1940 e 1950, como é bem conhecido, ocorreu em meio à consolidação da URSS, com todas as restrições socialistas que conhecemos, notando-se aí a presença de Dobb (2012), Sweezy (1949), Lange (1969), e Dickinson

(1939), todos eles envolvidos em polêmicas com economistas como Hayek (1963) e von Mises (1963), precursores do noliberalismo. Mais recentemente, com o surgimento dos primeiros sinais do fracasso econômico dos regimes burocratizados, já na década de 1960 e nos anos 1970, novas discussões a respeito do tema em questão foram conhecidas, entre as quais as de Brus (1972), Bettelheim (1977) e Kuron e Modzelewski (1969).

A crise dos regimes inspirados no modelo soviético, entre o final os anos 1980 e início dos anos 1990, apresentada, deliberadamente ou não, como a “crise” do marxismo/socialismo, propiciou uma onda de apologia ao capitalismo, sem deixar de atingir profundamente o movimento operário/socialista. Por um lado, na esfera do pensamento conservador, esta postura procura justificar, em face destes acontecimentos históricos mais recentes, uma suposta infalibilidade da tese que confere ao capitalismo uma existência eterna. Por conseguinte, o mercado é entronizado na condição de exclusivo e inexorável regulador da produção econômica, sendo sua plenitude alcançada na sociedade mercantil-capitalista.

Diante dos novos fatos, um número considerável de socialistas sentiu-se instado a “repensar” o próprio conceito de socialismo. Segundo este entendimento, o planejamento, tal qual supostamente formulado por Marx e aplicado pela burocracia soviética, seria impraticável e

indefensável por diferentes razões. Distó deriva que, também para estes autores, o mercado passa a ter o significado de perenidade e, portanto, apresenta-se como o regulador irremovível fundamental. Nos novos tempos, seria impossível ao socialismo sobreviver sem o mercado. Isso conduziu inevitavelmente a construções de novas formulações “teóricas” do tipo “socialismo de mercado”, “mercado socializado” ou “mercado socialmente controlado”, para não mencionar outras variantes do tema. Entre os autores que seguem essa diretriz destacam-se, apesar das suas divergências, Nove (1989), Elson (1988), Mandel (1986), Devine (1988), De Jasay (1990), Blackburn (1991), Brus e Laski (1989).

Evidentemente, alguns dos autores acima mencionados inscrevem-se entre os precursores das formulações negadoras do socialismo. Contudo, outros deles apresentam razões procurando mostrar que o próprio marxismo forneceria os argumentos justificadores do mercado (ou elementos mercantis) no socialismo sem negar a construção deste último. Ao mesmo tempo, em geral, as posições reformistas, mesmo reconhecendo os diversos elementos profundamente deletérios do capitalismo, elegem este último como o objeto de um projeto de “transformação”, que deveria resultar em um “capitalismo mais civilizado”.

Então, seria possível afirmar que o projeto do mercado *light* equivale à manutenção do

capitalismo, mesmo que sob um controle social que supostamente neutralizaria a exacerbação dos seus elementos desagregadores? Essa formulação, da qual Karl Polanyi se situa como um dos pioneiros, tem sido justificada na versão mais recente do debate como uma nova concepção do socialismo que, na prática, questiona a necessidade de uma sociedade pós-capitalista.

Hoje, o debate sobre mercado e socialismo reflete as transformações econômicas e políticas recentemente ocorridas. Nesse sentido, destaca-se a integração das grandes amplitudes espaciais nacionais que, até por volta de 1980, estavam diretamente ausentes da reprodução capitalista internacional. Particularmente, a China, hoje, tem assumido um papel relevante nessas grandes mudanças, com forte impacto no debate econômico e político. A recente trajetória chinesa, apresentada como uma experiência apoiada em um modelo de socialismo de mercado, tem efetivamente contribuído para renovar a dominação do capital no mundo, a despeito do bem-sucedido desenvolvimentismo estatal da China. Nove elogiou as reformas chinesas, mas para Harry e Fred Magdoff (2005, p. 48): “Uma das mais importantes lições da reversão sistêmica da China é que o assim chamado socialismo de mercado tem sua lógica intrínseca. Neste sentido, um passo implica necessariamente em outro no curso do escorregamento para o capitalismo”.

6. Conclusões.

A relação entre plano e mercado no socialismo sempre foi objeto de grande polêmica. E, hoje, há muito mais divergências sobre a abrangência da planificação no socialismo, além da rejeição à planificação total e centralizada. No passado, nos países do socialismo real, a visão era muito distinta, o que denota a subestimação das dificuldades econômicas gerais, além da gritante ausência de democracia participativa. Os trabalhadores não tinham a oportunidade de participar e influenciar as principais decisões econômicas.

No próprio debate do cálculo econômico, surgiu a elaboração do conceito de socialismo de mercado. A partir do equilíbrio walrasiano, Lange combinou mercado e plano para a suposta alocação eficiente dos recursos. Mas a partir do próprio terreno do marxismo e da democracia socialista, na economia da transição socialista, o mercado e o plano são elementos indispensáveis de complexa e temporária interação, sob as tensões do processo de transformações, com critérios e prioridades democráticas, sociais e ambientais.

Os novos tempos, com os processos desencadeados pela queda da União Soviética, pelo novo regime da China e pela crise do capitalismo em 2008, convocam a renovação urgente e prioritária da pesquisa e do debate sobre formas e essência, limites e possibilidades, tanto do

mercado quanto da planificação. Alguns adeptos da fórmula socialismo de mercado provavelmente sentem-se animados com o atual curso sistêmico do país de Mao Zedong e Deng Xiaoping. Assim, a China teria uma aderência à formulação do socialismo de mercado. Mas o caso chinês dificilmente poderia ser classificado como uma experiência de organização econômico-social socialista. Ao contrário, na verdade, o socialismo de mercado chinês contradiz a noção de que o mercado, nos moldes como foi adotado na China, sirva à transição socialista. Aqui, há um claro recuo em relação até mesmo ao socialismo pensado por Lange.

Enfim, a questão central consiste na dialética da presença do mercado no socialismo. Portanto, por mais que seja necessária e perdure a regulação mercantil, ela é, em si mesma, essencialmente, uma negação do socialismo. A eternização do mercado, em formas variadas e mesmo sob forte ação estatal, tampouco pode ser considerada sinônimo de socialismo.

Bibliografia

- BARDHAN, Pranab & ROEMER, John E. "Market Socialism: A Case for Rejuvenation", *Journal of Economic Perspective*, Pittsburgh: AEA Publications, v. 6, n. 3. pp. 101-116, 1992.
- BETTELHEIM, Charles. *A planificação socialista da economia*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BLACKBURN, Robin. (ed.). *After the Fall: The Failure of Communism and the Future of Socialism*. London; New York: Verso, 1991.
- BRUS, Włodzimiers. *The market in a socialist economy*. Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972.
- BRUS, Włodzimierz & LASKI, Kazimiers. *From Marx to the market*. Oxford: Clarendon, 1989.
- BUKHARIN, Nicolai I. "The new course in economy policy". In: DAY, Richard B. (ed.). *Nicolai I. Bukharin. Selected writings on the state and the transition to socialism*. New York: M. E. Sharpe, 1982a, pp. 99-108.
- _____. "Toward a critique of the economic platform of the opposition (The lessons of October 1923)". In: DAY, Richard B. (ed.), *op. cit.*, 1982b, pp. 109-150.
- _____. "Economics of the transition period". In: DAY, Richard B. (ed.), *op. cit.*, 1982c, pp. 38-94.
- DE JASAY, Anthony. *Market socialism: A scrutiny: "this square circle"*. Westminster, London: Institute of Economic Affairs, 1990.
- DEVINE, Pat J. *Democracy and economic planning: the political economy of a self-governing society*. Cambridge: Polity Press, 1988.
- DICKINSON, Henry Douglas. *The Economics of socialism*. New York: Oxford University Press, 1939.
- DOBB, Maurice. *On theory economic and socialism: collected papers*. New York: Routledge, 2012.
- ELSON, Diane. "Market socialism or socialization of the market?", *New Left Review*, London: Verso, n. 172, pp. 3-44, 1988.
- _____. "Economics of a Socialized Market". In: BLACKBURN, Robin. (ed.). *After the Fall: The Failure of Communism and the Future of Socialism*. London; New York: Verso, 1991, pp. 310-314.
- GANEM, Ângela. "Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível", *Revista de Economia Política*, São Paulo: Editora 34, v. 16, n. 2. pp.105-122, 1996.
- HAYEK, Friedrich A. *Collectivist economic planning: critical studies on the possibilities of socialism*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1963.
- _____. "Economics and Knowledge". In: _____. *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.
- KURON, Jacek & MODZELEWSKI, Karol. *An open letter to the Party*. London: Pluto Press, 1969.
- LANGE, Oskar. "Marxian economics and modern economic theory", *The Review of Economic Studies*. Oxford: Oxford University Press, v. 2, n. 3. pp.189-201, 1935.
- _____. "Economía política del socialismo". In: LANGE, Oskar. (ed.). *Problemas de economía política del socialismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974a, pp. 7-20.
- _____. "Sobre la teoría económica del socialismo". In: LANGE, Oskar & TAYLOR, F. M. (ed.). *Sobre la teoría económica del socialismo*. Barcelona: Ariel, 1969.
- _____. "Papel de la planeación en la economía socialista". In: LANGE, Oskar. (ed.), *op. cit.*, 1974b, pp. 21-35.
- _____. "Problemas fundamentales de la construcción socialista". In: LANGE, Oskar (ed.), *op. cit.*, 1974c, pp. 36-59.
- LENIN, V. I. "The immediate tasks of the Soviet Government". In: _____. *Collected Works*. Moscow: Progress, v. 27, 1974, pp. 235-277.
- _____. "Report on the substitution of a tax in kind for the surplus grain appropriation system - Tenth Congress of the R.C.P.(B)". In: _____. *Collected Works*. Moscow: Progress, v. 32, 1973a, pp. 214-228.
- _____. "The Tax in Kind (The Significance of the New Policy and its Conditions)". In: _____., *op. cit.*, 1973b, p. 329-365.
- LUXEMBURG, Rosa. "Reform or revolution". In: SCOTT, Helen. (ed.). *The Essential Rosa Luxemburg. Reform or Revolution & The Mass Strike*. Chicago: Haymarket, 2008, pp. 41-104.
- MAGDOFF, Harry & MAGDOFF, Fred. "Approaching Socialism", *Monthly Review*. New York: Monthly Review Press, v. 57, n.3. pp. 19-61, 2005.
- MANDEL, Ernest. "In Defense of Socialist Planning", *New Left Review*. London: Verso, n. 159. pp. 5-37, 1986.
- MILONAKIS, Dimitris. "New market socialism: a case for rejuvenation or inspired alchemy?", *Cambridge Journal of Economics*. Cambridge: Oxford University Press, v. 27. pp. 97-121, 2003.
- MISES, Ludwig von. "Economic Calculation in the Socialist Commonwealth". In: HAYEK, Friedrich A. (ed.). *Collectivist Economic Planning: Critical Studies on the Possibilities of Socialism*. London: G. Routledge & Kegan Paul Ltd., 1963, pp. 87-130.
- _____. *Uma crítica ao intervencionismo*. Rio de Janeiro: Nórdica; Instituto Liberal, 1987.

_____. *A Critique of Interventionism*. Alabama: Ludwig von Mises Institute, 2011.

NOVE, Alec. “Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista?”. In: HOBSBAWN, Eric. (ed.). *História do marxismo. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. VII, 1986, pp. 105-136.

_____. *A economia do socialismo possível*. Lançado o desafio: socialismo com mercado. São Paulo: Ática, 1989.

PREOBRAZHENSKY, Eugene A. *The new economics*. Oxford: Clarendon Press; Oxford University Press, 1965.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. ed. S. M. Soares, Lausanne: MetraLibri Digital Library, 2007.

SWEEZY, Paul. *Socialism*. New York: McGraw-Hill Company, 1949.

TROTSKY, Leon. *Whither Russia? Towards capitalism or socialism*. New York: International Publishers, 1926.

_____. *The New Course*. London: New Park Publications, 1956.